

Justificações Históricas associadas ao Processo de Toponímia da Freguesia das Alcáçovas

A Guerra Colonial

No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, o domínio colonial das potências europeias sobre os territórios africanos e asiáticos começaram a ser postos em causa. Portugal não era exceção, embora tenha sido o último império a ser afetado. Numa guerra de curta duração as forças portuguesas estacionadas em Goa, Damão e Diu não puderam contrariar a invasão pelas forças indianas, que eram incomparavelmente mais fortes. Mas esta derrota demonstrou o seguinte:

- Salazar privilegiava sempre a vertente militar para resolver as questões de soberania; de facto, ordenara a resistência a todo o custo, sem olhar aos sacrifícios materiais e humanos que isso acarretaria.

- A posição portuguesa no jogo da diplomacia mundial era débil e incapaz de mobilizar apoios em defesa de domínios coloniais, já que a própria Inglaterra, até então honrando os compromissos de solidariedade, se recusa a apoiar a posição do Governo Português.

Mas 1961 abriria um novo capítulo na história do Império Colonial Português.

A Guerra Colonial Portuguesa foi designada por Guerra do Ultramar e assim ficaria em Portugal até 25 de Abril de 1974.

Esta guerra duraria 13 anos, até que o poder revolucionário saído do 25 de Abril 1974, levaria ao fim político do conflito.

A 4 de Fevereiro 1961, os militares do MPLA (Movimento Popular para a Libertação Angola), tentam tomar de assalto esquadras de polícia em Luanda, não havendo êxito pelos mesmos, onde foram repelidos com violentos combates em vários pontos da cidade.

A 15 Março 1961 a UPA (União das Populações de Angola), mais tarde denominada FNLA(Frente Nacional de Libertação de Angola), lança na zona que viria a ser chamada Zona Sublevada do Norte, bárbaros massacres em zonas isoladas e desguarnecidas, sobre populações brancas e trabalhadores negros oriundos de outras regiões de Angola.

Além destes dois movimentos, vir-se-ia a juntar a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) fruto de uma dissidência da UPA, conduzem a uma luta de guerrilha. Nunca haverá um vencedor claro nem um derrotado assumido na Guerra de Angola.

A situação na Guiné-Bissau, onde apenas existe uma organização política – PAIGC(Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde), que não encontra rivais no terreno desde o início do conflito em 1963, beneficia de apoios logísticos nos países vizinhos, tem a simpatia dos governos do Terceiro Mundo com representação e influência na Assembleia Geral das Nações Unidas. Consegue proclamar unilateralmente a independência e vê-la reconhecida por muitos países em 1973.

Em Moçambique, a guerra é desencadeada em 1964 pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que tem de se confrontar apenas com as forças portuguesas, mas vai ter que enfrentar no seu seio dissidências étnicas que conduzem ao seu enfraquecimento.

Tal como aconteceu em Angola, também aqui a guerra nunca se decidirá claramente a favor das tropas portuguesas, no que diz respeito ao plano militar. Tanto Moçambique como Angola após o 25 de Abril 1974 encontraram uma situação de impasse.

Logo em 1961, Salazar formula numa frase lapidar a sua intenção de privilegiar a defesa do Império, custe o que custar, enviando tropas para Angola «imediatamente e em força», rejeitando toda e qualquer negociação, mesmo como Portugal se encontrava «orgulhosamente só». A guerra baseava-se no conceito de nação pluricontinental e multirracial.

No que respeita aos Movimentos de Libertação, a guerra justificava-se pelo inalienável princípio da autodeterminação e independência, num quadro internacional de apoio que incentivava a sua luta.

A guerra que se travava em três frentes, significava um investimento extremamente gravoso para as finanças do Estado Português, o que provocou graves dissidências no seio do próprio governo (o golpe levado a cabo pelo General Botelho Moniz em Abril 1961). Levou ao desgaste moral das próprias Forças Armadas, o que conduziu ao isolamento do país ao nível da diplomacia mundial.

O balanço desta guerra em termos humanos é trágico; durante os 13 anos de Guerra Colonial e segundo elementos incluídos na Resenha Histórico- Militar das Campanhas de África

(1961- 1974) foram mobilizados cerca de um milhão e quatrocentos mil homens , registando-se um total de 8289 mortos nas três frentes de combate.

O subtotal mais elevado refere-se a Angola (3258), embora a exiguidade do território leve a que tivessem havido 2070 mortos na Guiné. A grande maioria destes militares mortos caíram em combate e aqui o número mais elevado registou-se em Moçambique (1481), seguindo-se Angola (1306) e Guiné (1240).

O número de feridos é difícil de calcular, mas estima-se a existência de 30 mil deficientes, portadores de deficiência permanente adquirida durante o serviço militar. Daqui se conclui que o número de feridos possuindo maior ou menor gravidade é muito mais elevado, até porque em muitos dos casos, os ferimentos não deixavam marca física.

Muitíssimo mais elevado é o número de combatentes afetados a nível psíquico. Estudos que têm sido ultimamente realizados, afim de estudar este fenómeno, calcula-se que 140 mil combatentes (10% dos homens mobilizados) sofram de «stress de Guerra», ma doença mais grave que se pode prossupor e que ao longo de todos estes anos levou à destruição de muitas famílias.

Mas existe ainda uma ferida muito profunda, que embora se tente «esconder» jamais conseguirão: os desaparecidos em combate e que não se encontram contabilizados.

A 1 de Junho de 1970 o governo de Marcello Caetano sofre um rude golpe, quando o Papa Paulo VI concede audiência aos dirigentes das três colónias.

Mas nem mesmo assim Caetano tenta encontrar uma solução para o conflito, fosse por meios militares ou pacifistas.

Só após o movimento revolucionário instituído em 1974, dará um basta a este sangrento e mortífero conflito, bem como aos 48 anos de Ditadura.

A Morte e a Dor

A partir do momento em que um militar português era ferido ou morto num ponto perdido do mapa de África, desencadeava-se logo o processo, que se iniciava ao pé dos seus companheiros e terminava junto da família.

Os mortos em combate, nos primeiros anos da Guerra, eram enterrados nos cemitérios organizados pelas unidades militares nas localidades onde tinham as suas bases. Alguns foram mesmo enterrados na floresta, nos locais onde morreram, por não ser possível transportar os seus corpos até às sedes das unidades.

Não se transportavam mortos em helicópteros, pois os poucos que havia, podiam ser necessários para evacuar os feridos.

Quanto ao transporte dos corpos para a Metrópole, nos primeiros anos, era pago pelos familiares, situação que foi mais tarde alterada.

Na Metrópole, a família era informada da morte por telegrama, sendo-lhe comunicada a forma de tratar dos assuntos a partir desse momento, enquanto na unidade do morto era obrigatório fazer o arrolamento dos seus pertences individuais, a fim de enviar à família e preencher um relatório sumário com as circunstâncias da morte.

A Freguesia das Alcáçovas não passou impune à dor da perda de filhos da terra, daí a homenagem que será prestada com a colocação dos respetivos combatentes mortos, em cinco das ruas sem topónimo no Loteamento da Lage.

Destes cinco falecidos apenas dois se encontram sepultados no Cemitério da Freguesia.

O Concelho de Viana do Alentejo apresenta segundo dados institucionais, registo de dez mortos na Guerra do Ultramar com a seguinte distribuição por Freguesia:

Freguesia de Aguiar: 1 combatente morto

Freguesia de Alcáçovas: 5 combatentes mortos

Freguesia de Viana do Alentejo: 4 combatentes mortos

Feridos de Guerra

Mas a dor não vinha apenas sob a figura da morte, embora fosse essa sem dúvida alguma aquela que as famílias mais temiam.

Quantos não regressaram estropiados, alguns sem possibilidade de retomar a vida que tinham iniciado.

Os feridos eram habitualmente evacuados de helicóptero ou de viatura para a unidade do serviço de saúde mais perto, um posto de socorros ou uma enfermaria do sector onde recebiam os primeiros tratamentos.

Neste primeiro nível pretendia-se antes de mais, manter o ferido vivo e em condições de ser tratado num hospital, se fosse caso disso.

O sistema de evacuação sanitário passava depois pelos hospitais militares existentes em cada um dos teatros e caso se justificasse podia terminar no Hospital Militar Principal, em Lisboa.

Os feridos com necessidade de tratamentos de recuperação eram posteriormente transferidos para o Centro de Recuperação de Alcoitão ou para o Hospital de Hamburgo, ao abrigo do acordo estabelecido entre Portugal e Alemanha no âmbito das facilidades concedidas pelo uso da Base Aérea de Beja.

Prisioneiros de Guerra

O facto do regime português não reconhecer que se tratava de uma guerra que estava a ocorrer nas suas colónias e de não atribuir o estatuto de beligerantes aos movimentos de libertação impedia que os militares portugueses tivessem o estatuto de prisioneiros de guerra quando eram capturados.

Este assunto foi tratado, em 1967, em nota circular do Estado- Maior do Exército com o título:

«Militares portugueses na posse do IN e elementos terroristas capturados, a qual estabelecia a seguinte doutrina»:

- 1- «Tem vindo a verificar-se que os diversos partidos emancipalistas desenvolvem as mais variadas manobras no sentido de passarem a ser considerados como beligerantes, oficializando assim a luta que se trava no Ultramar»
- 2- Esses partidos começaram a usar para com os militares portugueses em seu poder a designação de «prisioneiros de guerra», ao mesmo tempo que os seus órgãos de propaganda afirmam que lhes serão concedidas as garantias da Convenção de Genebra, como contrapartida.
- 3- Afim de neutralizar esta manobra do inimigo é imitado um despacho de 28 de Junho de 1967, onde o Ministério da Defesa Nacional, determinou passarem a ser usadas as seguintes designações, quer se tratassem de elementos terroristas ou militares portugueses.

Assim passaram a utilizar-se as seguintes designações:

A- Terroristas caídos em poder das tropas portuguesas:

- 1) Ação - captura
- 2) Situação - sob prisão
- 3) Designação - preso

B- Militares portugueses em poder de elementos terroristas:

- 1) Ação – retenção
- 2) Situação – retido
- 3) Designação – retido pelo inimigo

Infelizmente não existem números concretos do número de militares portugueses que foram prisioneiros de guerra; mas uma coisa será de todo certa, muitos terão engrossado as listas dos mortos nunca encontrados e que permanecerá para todo o sempre a dúvida. Onde terão ficado?

Assalto ao Pacote Santa Maria

O assalto ao Pacote Santa Maria ocorrido a 21 Janeiro 1961, constitui o primeiro grande indício do choque resultante das eleições presidenciais de 1958, as quais conduziram à derrota fraudulenta do General Humberto Delgado e que traria réplicas bastante nefastas para uma possível acalmia e recomposição do Estado Novo.

Após ter conhecido uma primeira exposição das suas características autoritárias e anacrónicas, graças a alguns artigos que a imprensa estrangeira consagrara às eleições presidenciais de 1958; o regime conheceu um período de longa e nefasta exposição mediática com o caso Santa Maria.

Este acontecimento prendeu a atenção do Mundo, quando um punhado de combatentes políticos liderados por Henrique Galvão (o qual tinha pertencido ao regime do Estado novo), que com poucos meios, denunciaram as características antidemocráticas e a caducidade do regime de Lisboa.

Secundado, numa 1ª fase, na tese de pirataria marítima pelos seus aliados de forma a intercetar e recuperar o navio, o governo português perde a batalha da opinião pública internacional, quando Henrique Galvão, numa comunicação, anuncia o carácter político do seu ato, o qual denominou de «Operação Dulcineia».

No porto venezuelano de La Guaira, embarcaram os primeiros comandos do DRIL, seguidamente, embarca Henrique Galvão com mais alguns elementos do respetivo comando.

A «Operação Dulcineia» teria como objetivo final o desembarque em Angola, visando inicialmente uma sublevação da população branca contra o Salazar, a qual não foi bem sucedida (Antunes,1991:148-149).

Contudo, o comunicado de Henrique Galvão despertou consciências. Este foi aproveitado pela administração Kennedy para dar a entender que a política dos Estados Unidos da América em relação a Portugal iria, a curto prazo mudar, fazendo prever um período de crise nas relações entre os dois aliados.

Esta inflexão na postura dos Estados Unidos da América, veio a manifestar-se logo a 7 de Fevereiro desse mesmo ano, na sequência dos eventos ocorridos em Luanda e largamente reportados pelos jornalistas destacados para cobrirem um eventual desembarque do Santa Maria.

Completamente isolado do ponto de vista internacional, nada mais restava ao regime português do que esperar o desenlace do episódio do Santa Maria, tentando não sair mais ferido a nível interno, pois externamente a batalha estava perdida.

Algumas vozes críticas da situação apontaram a Salazar, a incapacidade para resolver a crise.

Henrique Galvão, apesar de não ter conseguido concluir o utópico objetivo da «Operação Dulcineia», contribuiu para dar ânimo às oposições, para abalar o quase inquebrantável prestígio do ditador, para expor perante o Mundo, a falta de liberdade vivida em Portugal e para denunciar a política colonial retrógrada em que o governo português persistia.

Embora sem nunca ter visto «O dia que amanheceria à luz do sol da liberdade» (Galvão,1973:132), que idealizara enquanto partia para o exílio em 1959, Henrique Galvão

contribuiu para deferir um rude golpe no Estado Novo, que, em conjunto com outros abalos e crises ocorridos ao longo do ano de 1961, significaram o enfraquecimento paulatino mas inexorável do regime, até à sua derrocada final a 25 de Abril de 1974.

Movimentos das Forças Armadas

O nascimento do Movimento dos Capitães, designação original encontra-se ligado à publicação do DL nº 353, de 13 Julho de 1973 e DL nº409 de 20 de Agosto do mesmo ano, por meio dos quais se pretendia resolver a falta de oficiais com que o Exército se debatia perante a continuação da Guerra Colonial.

Contudo a evolução do Movimento não deve ser entendida apenas numa perspetiva corporativista já que a contestação ao Governo não abranda com a suspensão dos dois diplomas.

Pelo contrário, as reuniões destes militares continuaram e o movimento politizou-se. A recusa de Marcello Caetano em aceitar uma solução política para a guerra levou a que os oficiais de nível intermédio, que suportavam realmente o combate no teatro de operações, percebessem que o fim do conflito passava sem dúvida alguma, pelo derrube do regime do Estado Novo.

Os capitães sabiam ser este o sentimento geral da população. Sabiam ainda após a publicação do livro de Spínola «Portugal e o Futuro» (Fevereiro 1974), que podiam contar com o apoio dos seus chefes militares.

Assim, o Movimento dos Capitães, começou a consolidar ligações e canais de divulgação de informação dentro dos quartéis (tanto na Metrópole como nas Colónias). Foi eleita uma Comissão Coordenadora, que passou a liderar todo o processo de contestação.

Em Novembro 1973, explicam que, além das reivindicações corporativas, estavam em causa outros objetivos, como o fim da Guerra Colonial e o estabelecimento da democracia.

Em Dezembro foi eleito um Secretariado Executivo, constituído por Vasco Lourenço, Otel Saraiva de Carvalho e Victor Alves, foram formadas várias comissões que iniciaram o processo de preparação de um golpe militar. A 5 de Março de 1974, o Movimento dos Capitães passou a designar-se MFA e foram aprovadas as suas bases programáticas que constam de um documento distribuído nos quartéis, «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação». O programa iria depois sintetizar-se em três palavras- lema: democratizar, descolonizar e desenvolver».

O ensaio geral para o derrube do regime deu-se a 16 de Março de 1974, quando o Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha tentou um golpe militar. Devido à falta de coordenação com outros sectores do movimento, a iniciativa não teve sucesso. A conspiração que finalmente derrubou o Estado Novo envolveu cerca de trezentos oficiais das Forças Armadas.

O golpe foi marcado para a semana de 20 a 27 de Abril de 1974. Acabou por ter lugar a 25 de Abril de 1974, tendo Otel Saraiva de Carvalho como principal comandante das operações. O regime caiu sem ter quase quem o defende-se.

Depois da revolução, o MFA sofreu várias transformações estruturais; primeiro através da Comissão Coordenadora, depois do Conselho dos Vinte, mais tarde ainda pelas Assembleias do MFA e finalmente pelo Conselho da Revolução. Coube-lhe ainda desempenhar o papel principal na recomposição das hierarquias das Forças Armadas Portuguesas até 1982.

O programa do MFA foi apresentado ao país no dia 26 de Abril de 1974 pelo General António de Spínola, Presidente da Junta de Salvação Nacional.

A elaboração deste programa, a que ficou associado, entre outros, o nome do então Major Melo Antunes, foi feita sem qualquer tipo de compromisso com as forças antifascistas de oposição ao Regime.

Mas os seus objetivos eram de tal modo abrangentes que não suscitavam oposição nem por parte dos militares, nem por parte das forças civis. Ficou conhecido como o programa dos três D's: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver.

Como primeiro objetivo, o programa do MFA propunha a formação dum governo provisório que convocasse uma Assembleia Constituinte e, claro elaborasse novos cadernos eleitorais de acordo com as regras democráticas.

A Assembleia eleita teria como competência a elaboração de uma nova Constituição, que substituiria a de 1933 e o estabelecimento de instituições democráticas. Por outro lado, todas as autoridades do Estado Novo, deviam ser destituídas e todas as organizações repressivas extintas.

Decretar-se-ia uma amnistia para todos os presos políticos e a censura seria abolida. A liberdade de reunião, associação e de expressão seriam garantidas.

Relativamente à descolonização , o programa do MFA, teve de ceder a pressões de Spínola que não aceitou a referência explícita do direito à autodeterminação das colónias portuguesas. Quando o programa foi apresentado ao país, o General António de Spínola, após discussão com elementos do MFA, reconhecendo que embora a solução do problema era política e não militar, conseguiu apenas referir o «lançamento dos fundamentos duma política ultramarina que conduza à paz».

Por fim, o programa do MFA, previa o lançamento «duma nova política económica posta ao serviço do povo português», que melhorasse a qualidade de vida e defendessem as classes trabalhadoras do poder dos grandes grupos económicos, monopolistas existentes em Portugal.

Portugal – anterior à Revolução de Abril e suas causas

Desde as lutas liberais na primeira metade do século XIX que o país vive divisões e conflitos internos. Ainda assim foi um período de progresso sobretudo na segunda metade do século XIX, contudo a tensão foi enorme nas últimas décadas da monarquia e que se viria a acentuar após a implantação da República com sucessivos governos a caírem e infrações descontroladas. Neste cenário de instabilidade e marasmo ocorre o golpe militar (de generais em 28 Maio 1926) com o qual se inicia o «Estado Novo» e que ironicamente viria a terminar também com um golpe militar, mas neste caso levado a cabo por capitães a 25 de Abril de 1974.

António Oliveira de Salazar que no início era Ministro das Finanças, teve o dom de controlar a inflação, passou a Presidente do Conselho aquando da remodelação de 1933, começando a designação «Estado Novo».

De inspiração fascista, regime fortemente centralizado no chefe do governo e ditatorial.

Para isso conseguiu impor finalmente uma acalmia e ordem social no país, contando com uma polícia para o efeito. Primeiro denominada PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado). Depois passou a chamar-se PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), este foi o nome que perdurou mais tempo, por fim DGS (Direção Geral de Segurança), já com Marcello Caetano como Presidente do Conselho de Ministros (1968).

As potências coloniais começavam a desfazer os seus impérios, enquanto Portugal mantinha o seu império através da força de defesa militar, que teve início na Guiné-Bissau e depressa se estendeu a Angola e Moçambique, mas nesse ano Portugal já tinha perdido as praças de Goa, Damão e Diu que passaram para a União Indiana.

A guerra em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau aumentava, o inimigo, cada vez mais bem apetrechada belicamente, sobretudo com armas soviéticas mas também americanas. O inimigo atuava sob a forma de guerrilha, no mato. Os anos sucediam-se e a guerra sem fim à vista cansava o sector militar, mas também a sociedade civil descontente, as famílias portuguesas viam os seus filhos partirem para a Guerra, longe e com um tempo de serviço militar obrigatório quase sempre superior a três anos. Foram milhares os jovens que a fim de defenderem as colónias portuguesas morreram, ficaram estropeados, com graves deficiências e feridas psicológicas embora não tão visíveis, não menos graves.

A fadiga e o descontentamento militar levaram os militares a fazerem reuniões secretas que começaram em Agosto de 1973. A 9 de Setembro de 1973 realiza-se no Monte do Sobral (Freguesia das Alcáçovas), a 2ª reunião do período pré- revolucionário que dará origem ao Movimento das Forças Armadas (MFA). Será este Movimento que levará ao culminar da Ditadura que governou Portugal durante 48 longos e duros anos, mas que a 25 de Abril de 1974 dará a liberdade a todos com aquela que ficaria para todo o sempre conhecida como a «Revolução dos Cravos». No final desta descrição será anexada a lista dos 136 oficiais que nesta reunião de 9 de Setembro de 1973 assinaram uma exposição coletiva sob forma de petição.

Para estes militares era condição essencial pôr termo à sangrenta Guerra do Ultramar.

Das reuniões secretas que se prolongaram até início de 1974, nasce a ideia de fazer-se constar que se iria realizar um golpe militar no 1º Maio de 1974, aproveitando as habituais escaramuças do dia do Trabalhador, para assim fazer-se o golpe antes e apanhar o regime desprevenido.

Dai que, a tentativa falhada do golpe de 16 Abril de 1974 do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha com cerca de 200 militares de diferentes patentes, mal planeado, a 3 Km de Lisboa souberam-se sozinhos e ao regressarem ao quartel foram detidos.

A PIDE-DGS acreditou no embuste dos revoltosos irem tentar o golpe no 1º de Maio, tendo até uma lista para captura de oficiais, na qual constava o nome de Otelo Saraiva de Carvalho, para o dia 27 de Abril de 1974. Dai o golpe de 25 de Abril de 1974, ter-se dado pela questão militar do Ultramar e não pela razão do regime ser uma ditadura antidemocrática e contra a liberdade de expressão, já que politicamente, os opositores ao regime encontravam-se exilados ou presos e não tinham qualquer poder ou forma de fazer face ao regime pela força. A sua força baseava-se na cultura de outros ideais que irritavam o governo fascista, que pretendia manter a situação imutável e o povo na ignorância.

Resumo do dia 25 de Abril de 1975 e o importante papel dos Capitães de

Abril

«Foram dias foram anos
a esperar por um só dia.
Alegrias. Desenganos.
Foi o tempo que doía
com seus riscos e seus danos.
Foi a noite e foi o dia
na esperança de um só dia»

Manuel Alegre

Otelo Saraiva de Carvalho por volta das 22 horas do dia 24 Abril, fardado com blusão de cabedal chega ao Regimento de Engenharia nº1 da Pontinha. É ali que o Major, acompanhado de outros oficiais, contando-se entre eles os Tenentes-Coronéis Garcia dos Santos e Lopes Pires, o Comandante Victor Crespo, os Majores Sanches Osório e José Maria Azevedo, o Capitão Luís Macedos, entre outros.

Ali instalaram o posto de comando num pequeno anexo com as janelas tapadas com cobertores, sobre a mesa uns papéis manuscritos e um mapa de estradas do Automóvel Clube de Portugal edição de 1973, que fazia de carta operacional com os esboços das movimentações, sendo a base do «plano geral das operações», que se dividia em 2 zonas:

- Zona Norte que começava no eixo a sul do Porto e de Lamego para norte

- Zona Sul desse eixo dividido em quatro sectores:

*Sector Norte até a sul de Coimbra

*Sector Centro até norte de Santarém

*Sector Sul de Santarém para Sul

*Sector de Lisboa que incluía Santarém

Dali do posto de comando e com o nome de código «Óscar» dão conhecimento da situação e as instruções às unidades militares de todo o País envolvidas nas operações.

O primeiro sinal como combinado seria dado pelo então posto «Emissores Associados de Lisboa», às 22.55 seria João Paulo Dinis, que era locutor e tinha feito a tropa em Bissau sob as ordens de Otelo (dai a escolha desse locutor) a dar voz e escolher a canção «e depois do Adeus», vencedora nesse ano do Festival da Canção da RTP.

A segunda senha é dada na Rádio Renascença. Otelo fazia ponto de honra que fosse uma canção de Zeca Afonso, a fim de evitar desconfianças, o jornalista Carlos Albino sugere «Grândola Vila Morena» e será esta que acaba por ir para o ar no programa «Limite» de Paulo Coelho e Leite de Vasconcelos, que antes de pôr o disco, recita a primeira quadra da canção.

São 00.20, grande parte das forças envolvidas põe-se em movimento. O Quartel da Região Militar de Lisboa é o centro nevrálgico das «Forças do Regime». O edifício é tomado pelo Batalhão de Caçadores 5 com o nome de código «Canadá»; a mesma unidade encarrega-se de proteger a residência do General António de Spínola.

Importante é também o Aeroporto da Portela, operação com o nome de código «Nova-Iorque» que fica a cargo da Escola Prática de Cavalaria de Mafra, que às portas de Lisboa se perde nas ruas e becos de Camarate.

A Escola Prática de Transmissões fazia as escutas telefónicas militares das forças do regime, que transmitiam posteriormente ao Posto de Comando.

O Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz vem até Lisboa com a missão de controlar a Ponte Salazar, tomando posição do lado Sul do Tejo (Pragal).

A Escola Prática de Artilharia de Vendas Novas toma posição apontando baterias para o Terreiro do Paço e Monsanto, junto ao Cristo Rei. A mesma unidade vai à casa de Reclusão da Trafaria para libertar os militares detidos na tentativa falhada do golpe de 16 Março.

Havia também que controlar os meios de comunicação social. A RTP foi então tomada pela Escola Prática de Administração Militar, sob o nome de código «Mónaco».

A Emissora Nacional foi tomada pelos Capitães Oliveira Pimentel e Frederico de Moraes e mais quarenta praças do Campo de Tiro da Serra da Carregueira.

À porta da Rádio Clube Português (RCP) estão os homens do Batalhão de Cavalaria 5 chefiados pelo Capitão Santos Coelho e pelo Major Costa Neves da Força Aérea. Será o RCP o escolhido como emissor do MFA. Então é através do RCP que o MFA se apresenta pela primeira vez, eram então 4.26, a voz é do jornalista Joaquim Furtado que diz «Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas...». A programação é de imediato alterada e passa o Hino Nacional, marchas militares e canções de intervenção. Sucedem-se os comunicados escritos por Victor Alves e Lopes Pires no Quartel da Pontinha e que eram lidos aos microfones do RCP. Os ouvintes passam a estar a par dos acontecimentos. Mas a missão principal cabe ao Capitão Salgueiro Maia e seus homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém. Têm a seu cargo a difícil tarefa e executarem várias ações de despiste das forças do regime; para além de terem ainda de controlar o Banco de Portugal, a Rádio Marconi e o Terreiro do Paço.

O Capitão- de- fragata Seixas Louçã, que comandava a Fragata «Almirante Gago Coutinho», integrada nas forças da NATO e com grande poder de fogo, ameaça disparar sobre o Terreiro do Paço, mas a tripulação ao saber que tinha baterias apontadas sobre eles rebela-se.

Um dos momentos mais importantes e de maior tensão ocorre quando a coluna da Escola Prática de Cavalaria de Santarém é interceptada na Avenida Ribeira das Naus por tropas fiéis ao regime, comandadas pelos Brigadeiro Junqueira dos Reis e o Tenente-Coronel Ferrand d`Almeida.

É o próprio Capitão Salgueiro Maia que vai tentar dialogar, saindo a pé de lenço branco hasteado numa mão e uma granada escondida na outra. O Brigadeiro manda disparar sobre o Capitão, mas ninguém obedece.

Alguns dos tanques dessa unidade (Cavalaria 7) passam para o lado de Salgueiro Maia.

Outro momento importante ocorre cerca das 5 horas, quando o Major Silva Pais, diretor-geral da PIDE-DGS informa Marcello Caetano do que se estaria a passar, pois até então este desconhecia. É aconselhado a dirigir-se para o Comando Geral da GNR, porque seria dos poucos sítios até ai não sitiados. Mas foi uma grande armadilha, pois ao saber-se da sua entrada no Largo do Carmo às 6 horas, Otelo Saraiva de Carvalho dá ordem a Salgueiro Maia para sitiar completamente o edifício a fim de evitar fugas pelas traseiras.

Amanhecia, uma multidão crescente que tinha acordado de um sono profundo, tinha começado a descobrir ao raiar do dia, valores tão importantes como democracia e liberdade.

António de Spínola é chamado para mediar a rendição de Marcello Caetano. Às 19.30 sai do Quartel do Carmo o chaimite «Bula», que no interior leva Marcello Caetano, por entre uma multidão que celebra a liberdade com cravos vermelhos. Abre-se aqui um parêntesis para explicar a simbologia do Cravo Vermelho. A Revolução de 25 de Abril de 1974 ficou ainda apelidada por Revolução dos Cravos. Com o amanhecer as pessoas começam a juntar-se nas ruas, solidárias com os militares revoltosos, alguém (existem várias versões sobre quem terá sido), mas fala-se que uma florista contratada para levar cravos para a abertura de um hotel, foi vista por um soldado que ao ser abordado por esta, com a oferta do cravo vermelho o coloca no sua espingarda, continuando a mesma a distribuir os cravos por outros soldados que rapidamente repetiram o gesto do colega de armas, colocando-os nos canos das suas espingardas.

Às 19.50 é emitido o seguinte comunicado «O Posto de Comando do MFA informa que se concretizou a queda do Governo, tendo Sua Excelência o Professor Marcello Caetano apresentado a sua rendição incondicional a Sua Excelência o General António de Spínola».

Logo após as 20 horas é lido aos microfones do RCP a «Proclamação do MFA». Às 1.30 do dia 26 de Abril, aparecem na televisão as novas caras do poder – Junta de Salvação Nacional, que tem como Presidente o General António de Spínola, onde este lê uma proclamação ao País onde refere «... um Novo Regime,.. a Democracia,.. a Paz».

Mortos da Guerra Colonial 1961- 1974

(Angola, Guiné-Bissau e Moçambique)

Ano	Angola		Guiné		Moçambique		Totais
	RM	RL	RM	RL	RM	RL	
1961	166	28	—	—	9	4	207
1962	179	24	—	—	10	5	218
1963	148	21	46	8	15	26	264
1964	188	20	110	16	25	28	387
1965	192	42	124	19	99	37	513
1966	167	38	154	30	169	60	618
1967	186	56	170	41	144	34	631
1968	209	56	167	54	166	82	734
1969	196	79	167	40	236	118	836
1970	188	80	137	49	176	118	748
1971	141	71	147	46	171	149	725
1972	154	70	125	39	171	191	750
1973	152	90	137	78	202	197	856
1974	41	41	63	36	61	56	298
1974(Pós Revolução)	127	108	51	15	110	93	504
TOTAL							8289

Mortos na Guerra Ultramar- Freguesia das Alcáçovas

<u>Nomes</u>	<u>Posto</u>	<u>C. Morte</u>	<u>Loc.Morte</u>	<u>Data Morte</u>	<u>Sepultado</u>
António Francisco Amado Gião	1ºCab	afg	Moçambique	21/06/69	Mapela(mrg norte Baixo Zambeze)
Bernardino Augusto Merca	Fur.Para.	comb.	Angola	01/12/63	_____
Idalino António Serra Carvalho	1ºCab	comb.	Angola	25/12/61	Ambrizete (tlh.Mlt.) campa 9-1-A
José Vicente Grosso Fontes	Sold.	comb.	Guiné	09/02/67	Cem. Freg
Manuel António da Mata Santos	Sold.	acq.	Angola	21/06/71	Cem.Freg

Bibliografia consultada:

- site Instituto Camões
- site Centro Documentação da Universidade Coimbra
- www.25abril.org
- [www.infopedia.pt/ guerra-colonial](http://www.infopedia.pt/guerra-colonial)
- www.historiadeportugal.info/guerra-colonial-portuguesa
- site Guerra Colonial
- site Alvorada de Abril
- Comissão para Estudo Campanhas de África- Estado- Maior do Exército